

7º Congresso da Indústria Portuguesa Agro-Alimentar

O futuro da alimentação

Abertura

Convento do Beato, Lisboa, 25 de junho de 2019

Intervenção de António Saraiva, Presidente da CIP

Senhor Secretário de Estado da Defesa do Consumidor, Dr. João Torres
Senhor Inspetor Geral da ASAE

As minhas primeiras palavras são de felicitações à FIPA.

Felicitações pela realização deste seu 7º Congresso – e agradeço desde já, na pessoa do meu caro amigo Presidente Jorge Henriques, a honra que me concede em intervir nesta sessão.

Felicitações também, mais uma vez, pelo trabalho que a FIPA tem vindo a desenvolver em prol da Indústria Agro-Alimentar e do movimento associativo empresarial.

É com grande satisfação que, olhando para o programa deste Congresso, revejo, mais uma vez, em todos os seus momentos, uma Federação atenta aos desafios do presente e determinada em antecipar e construir o futuro.

Permitam-me que partilhe convosco o testemunho do fórum em que participei na semana passada, em Genebra, com os Presidentes das Confederações da Organização Internacional dos Empregadores, reunidos por ocasião da Conferência Internacional do Trabalho da OIT.

Este fórum teve por tema “Organizações líderes em tempos de mudança”. Nele estiveram em debate os grandes desafios que estão a alterar profunda e irreversivelmente o mundo.

Esteve em foco a acelerada vaga de inovações tecnológicas e as exigências que implica para as empresas, ao nível de investimentos, reconversão de qualificações e mudanças organizacionais.

Vejo que o primeiro tema deste Congresso é precisamente “Inovação: os desafios da cadeia de valor”, focando-se no papel da tecnologia no Futuro da Alimentação.

De facto, a transformação tecnológica não é uma opção.

Não a evitamos: temos de a abraçar e tomá-la como oportunidade. E se é certo que não a podemos controlar (nem muito menos travá-la), temos de liderar a resposta, a nossa resposta, aos desafios que nos traz e às interrogações face à velocidade a que se processa, transportando-nos para terrenos desconhecidos.

Estarão aqui, também, em debate temas como os modelos de negócio emergentes e a era digital e a relação com o consumo.

De facto, a transformação digital não nos traz apenas novos produtos e novos processos, mas também novos formatos de negócio e novas formas de relacionamento com o consumidor, cujo perfil e exigências evoluem constantemente. Tudo isto exige profundas mudanças organizacionais nas nossas empresas.

No Forum de Presidentes da Organização Internacional dos Empregadores foram também debatidas as mudanças climáticas e os esforços globais para combater. Esforços que deverão ser desenvolvidos com as empresas e não contra as empresas, na procura de equilíbrios mutuamente reforçados entre a competitividade das economias e a sustentabilidade ambiental.

Vejo que as preocupações ambientais estarão presentes neste Congresso, sob o tema “Economia circular: preservar os recursos e pensar o futuro”.

De facto, as empresas industriais terão cada vez mais as suas atividades alicerçadas na economia circular. Este desenvolvimento introduzirá transformações importantes no ciclo de vida dos produtos. As empresas reinventarão novos métodos de criação de bens para reincorporar matérias já fora de uso e relançar na economia aquilo que, ainda hoje, é desperdício.

Para o sucesso da transição que se impõe, caberá à criatividade da indústria transformadora - e dos serviços que promovem a difusão dos seus produtos - a marcação do seu ritmo, em mais um desafio lançado sobre as empresas.

No forum de Genebra foram discutidos outros temas, como as ameaças à integração económica global, com consequências na retração dos fluxos comerciais, nas decisões de investimento das empresas e mesmo, em última análise, na preservação da paz mundial.

Estiveram ainda presentes os desafios demográficos, com as exigências de adaptação que trazem para os sistemas de saúde e de segurança social (com reflexos na sustentabilidade das finanças públicas) e com o que representam para os modelos de crescimento económico.

Em Portugal, as projeções do Banco de Portugal mostram precisamente que o principal fator subjacente à desaceleração do PIB será a redução do contributo positivo do fator trabalho, tendo em conta as perspetivas de crescimento muito moderado da população ativa, num contexto de redução e envelhecimento da população total.

O capital humano e a produtividade, mais do que o volume de emprego, afiguram-se, assim, essenciais para promover o crescimento no longo prazo.

Não tenho dúvidas que é possível aumentar significativamente o contributo do capital humano, mediante uma aposta decisiva na qualificação dos portugueses como vetor crucial para o crescimento económico.

Para um maior contributo da produtividade para o crescimento, destaco, como outro importante fator que a poderá potenciar, uma mais rápida reorientação da produção para atividades mais produtivas e expostas à concorrência internacional.

Neste contexto, é fundamental que o sistema financeiro cumpra cabalmente a sua função de intermediação entre poupança e investimento, canalizando os recursos para o investimento produtivo e, em particular, para atividades com produtividade mais elevada.

Como pano de fundo em todos estes desafios está o futuro do trabalho, num contexto de escassez de mão de obra qualificada.

O estudo promovido pela CIP sobre o Futuro do Trabalho em Portugal, onde se analisa o impacto da automação na evolução do emprego, conclui que cerca de 1,8 milhões de trabalhadores necessitarão de melhorar as suas competências ou mudar de emprego até 2030.

Este estudo vem, assim, confirmar que os sistemas de ensino e, sobretudo, de formação profissional têm de dar resposta às necessidades empresariais. É o ensino e a formação que têm de se adaptar à realidade da economia e das empresas e não a realidade ao ensino e à formação.

Se não formos capazes de enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que esta mudança nos traz, em termos de qualificações e produtividade, passaremos a ouvir certamente falar das vítimas da automação ou dos desempregados tecnológicos.

Se houver convergência de esforços do Governo e dos parceiros sociais para o processo de reconversão da força de trabalho, a transformação tecnológica poderá, então, ser encarada sem receios e impulsionar um salto significativo na produtividade das empresas e no bem-estar económico dos portugueses.

Minhas senhoras e meus senhores,

Todos estes desafios exigem de todas as organizações – nacionais e internacionais, públicas e da sociedade civil – uma profunda reflexão para que possam, responsabilmente, adaptar-se a estes tempos de mudança, responder às aspirações dos seus *stakeholders* e, conjuntamente, moldar o futuro das nossas sociedades.

Também em Portugal, as organizações – todas, sem exceção – têm de se reconfigurar para enfrentar, com responsabilidade, os grandes desafios da nossa época.

Têm também de trabalhar em conjunto, uma vez que os desafios são comuns. Daí que o diálogo social, que ao longo da minha vida procurei cultivar, seja, hoje mais do que nunca, um ativo a preservar e a orientar para a procura das soluções que permitam moldar uma sociedade mais próspera e mais justa.

Tudo isto exige ao Movimento Associativo Empresarial português uma profunda reflexão que conduza à sua reestruturação e revitalização.

Por um lado, as empresas são cada vez mais exigentes, procuram mais retorno sobre o investimento realizado, quer no pagamento de quotas quer no pagamento de serviços, e as associações tem de saber demonstrar o seu valor, respondendo a essas exigências.

Por outro lado, é necessário reforçar o papel das associações empresariais na definição das estratégias de desenvolvimento, sejam elas nacionais, setoriais e regionais, o que tem de passar por uma cooperação saudável entre agentes públicos e privados.

Face a estes desafios, é preciso ultrapassar diversos fatores que enfraquecem o Movimento Associativo Empresarial:

- a sua excessiva fragmentação e dispersão, que compromete a construção de uma estratégia comum e enfraquece a sua visibilidade;
- a debilidade financeira de muitas associações, demasiadamente dependentes de fundos comunitários;
- a herança de um poder político abafador da iniciativa da sociedade civil;
- a ausência de um enquadramento legal adequado, que propicie o aprofundamento da cooperação entre a Administração Pública e as Associações Empresariais.

Acima de tudo, precisamos abandonar o individualismo que ainda nos caracteriza. Individualismo que nos traz dificuldades em cooperar uns com os outros e resulta numa escassa cultura associativa.

Termino, pois, com o reconhecimento do papel da FIPA, não só como “Organização líder em tempos de mudança”, mas também como protagonista de sempre no nosso desígnio comum de tornar o Movimento Associativo Empresarial português mais coeso, mais forte, mais dinâmico, mais preparado para enfrentar os constantes desafios da nossa época.

Porque, como gosto de dizer, sozinhos podemos ir mais rápido, mas juntos vamos mais longe.